



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ETP.24.07.19.F34-01 - DATA: 19/07/2024

Categoria: MATERIAL

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de certificados digitais para atender as necessidades da Secretaria de Finanças do município de itaitinga-ce.

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

A aquisição de certificados digitais e-CNPJ e e-CPF do tipo A3, armazenados em token padrão ICP-Brasil, com validade de 36 meses, é classificada como uma contratação voltada para Segurança da Informação e Conformidade.

1. Segurança da Informação:

Proteção de Dados: Os certificados digitais garantem a autenticidade e confidencialidade das informações eletrônicas, protegendo-as contra acesso não autorizado.

Integridade: Asseguram a integridade dos dados, evitando alterações não autorizadas durante a transmissão.

2. Conformidade:

Obrigatoriedade Legal: O uso de certificados digitais em conformidade com o ICP-Brasil é exigido por lei para diversas transações eletrônicas.

Validação Jurídica: Os certificados digitais proporcionam validade jurídica às operações eletrônicas.

Em resumo, a contratação desses certificados é essencial para proteger informações sensíveis, cumprir obrigações legais e garantir a segurança e eficiência das transações eletrônicas.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1. O cenário digital atual exige medidas robustas para garantir a segurança e a autenticidade das transações online. A aquisição de certificados digitais e-CNPJ e e-CPF A3, armazenados em tokens padrão ICP-Brasil com validade de 36 meses, torna-se crucial para atender a essa demanda, assegurando:

Proteção contra Ataques Cibernéticos: Os certificados digitais funcionam como assinaturas digitais, criptografando as informações e garantindo sua inviolabilidade, protegendo contra fraudes, interceptações e acessos não autorizados.

Validação da Identidade: Emitidos por autoridades certificadoras confiáveis, os certificados digitais comprovam a identidade de usuários e empresas, assegurando a confiabilidade das transações online.

Cumprimento de Legislações: A Lei de Certificação Digital (Lei nº 8.639/1993) torna obrigatório o uso de certificados digitais para diversas transações eletrônicas, como acesso a serviços do governo, assinatura de documentos e operações bancárias.

2. Benefícios da Adoção de Certificados Digitais:

Aumento da Segurança: A criptografia e a autenticação proporcionadas pelos certificados digitais minimizam os riscos de fraudes, roubo de dados e outras ameaças cibernéticas.

Agilidade nas Operações: Os certificados digitais permitem a assinatura eletrônica de documentos, agilizando processos e reduzindo o uso de papel.

Redução de Custos: A digitalização de processos e a diminuição da necessidade de envio físico de documentos geram economia de tempo e recursos.

Melhoria da Imagem: A adoção de certificados digitais demonstra compromisso com a segurança da informação e a confiabilidade nas transações online, fortalecendo a imagem da empresa ou instituição.

DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Conforme a Lei 14.133/2021 Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.

A Aquisição do objeto presente nesse documento está previsto no Plano de Contratação Anual, com ID: 41563628000182-0-000010/2024, referente a Unidade Gestora: Secretaria de Finanças.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Requisitos Técnicos:

Tipo de Certificado: e-CNPJ e e-CPF A3

Armazenamento: Token padrão ICP-Brasil

Validade: 36 meses



Compatibilidade: Compatível com os principais navegadores e sistemas operacionais (Windows, macOS, Linux)
Segurança do Token: Token com mecanismos de segurança física e lógica para proteger o certificado digital contra acessos não autorizados

2. Requisitos Funcionais:

Emissão de Certificados: Processo de emissão simples e intuitivo.

Validação de Identidade: Mecanismos robustos de validação da identidade do solicitante, em conformidade com as normas do ICP-Brasil

Gerenciamento de Certificados: Ferramentas para gerenciamento dos certificados, incluindo consulta, renovação, revogação e backup

Integração com Sistemas: Possibilidade de integração com sistemas internos da organização para automatizar processos

3. Requisitos Operacionais:

Suporte Técnico: Suporte técnico eficiente e acessível.

Atualizações de Segurança: Fornecimento regular de atualizações de segurança para os certificados e tokens

Monitoramento e Auditoria: Mecanismos de monitoramento e auditoria para garantir a segurança das operações

Conformidade com Leis e Regulamentações: Conformidade com todas as leis e regulamentações aplicáveis à emissão e utilização de certificados digitais no Brasil

4. Requisitos da Contratação:

É importante avaliar as necessidades específicas da organização ao escolher um fornecedor de certificados digitais.

É importante verificar se o fornecedor oferece soluções personalizadas para atender às necessidades da organização.

A aquisição de certificação digital deve ser feita com base em um processo licitatório transparente e competitivo.

Ao seguir estes requisitos, as organizações podem garantir a escolha de uma solução de certificação digital segura, confiável e sustentável, que atenda às suas necessidades e contribua para a proteção da informação.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Levantamento de mercado com base em contratações similares:

MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

EMPRESA: BLL COMPRAS

VALOR CONTRATADO: R\$ 8.496,91

UNIDADE COMPRADORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - SP

(<https://pncp.gov.br/app/editais/46599809000182/2024/217>)

ESTADO DE RECIFE / PERNAMBUCO

EMPRESA: AGÊNCIA DE DEFESA E FISCALIZACAO AGROPECUARIA

VALOR CONTRATADO: R\$ 158,00

SECRETARIA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

(<https://pncp.gov.br/app/editais/26548626000120/2024/7>)

ESTADO DE NATAL / RN

EMPRESA: COMPRAS.GOV.BR

VALOR CONTRATADO: R\$ 29.521,76

UNIDADE COMPRADORA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

(<https://pncp.gov.br/app/editais/24365710000183/2025/20>)

Com base nas informações levantadas, a Secretaria poderá realizar a licitação de forma adequada, selecionando a alternativa mais vantajosa para atender às necessidades da Secretaria, de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

ESTIMATIVA DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

Descrição	Unid. Medida	Quant
CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ DO TIPO A3 ARMAZENADO NO TOKEN. <i>Certificado Digital e-CNPJ do tipo A3 armazenado no token, padrão ICP-Brasil, com validade de 36 meses e capacidade de armazenamento de 128k.</i>	ANUAL	5



CERTIFICADO DIGITAL E-CPF DO TIPO A3. <i>Certificado Digital e-Cpf do tipo A3 (somente certificado) para armazenamento no token padrão ICP-Brasil, com validade de 36 meses.</i>	ANUAL
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Descrição	Unid.	Quant	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ DO TIPO A3 ARMAZENADO NO TOKEN.	ANUAL	5	180,00	900,00
CERTIFICADO DIGITAL E-CPF DO TIPO A3.	ANUAL	40	180,00	7.200,00
Total geral:				8.100,00

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

1. Componentes Principais:

Certificados Digitais e-CNPJ e e-CPF A3: Emitidos por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada pelo ICP-Brasil, os certificados garantem a identidade digital e a criptografia das transações eletrônicas.

Tokens Padrão ICP-Brasil: Armazenam os certificados digitais de forma segura, protegendo-os contra acessos não autorizados.

Software de Gerenciamento de Certificados: Permite a instalação, utilização e gerenciamento dos certificados digitais, incluindo renovação, revogação e backup.

Portal do Cliente: Oferece acesso a diversos serviços online, como consulta de certificados, emissão de notas fiscais eletrônicas e assinatura digital de documentos.

Suporte Técnico: Canal de atendimento para auxiliar os usuários na instalação, utilização e resolução de problemas com os certificados digitais.

2. Integração:

Integração com Sistemas Internos: Possibilidade de integração com os sistemas internos da organização para automatizar processos que exigem autenticação digital, como assinatura de contratos ou envio de documentos fiscais eletrônicos.

Suporte a Diversos Sistemas Operacionais e Navegadores: Compatibilidade com os principais sistemas operacionais (Windows, macOS, Linux) e navegadores web.

3. Exigências Relacionadas ao Fornecimento ou Execução do Serviço:

Emissão de Certificados: Processo de emissão simples, seguro e confiável, com validação da identidade do solicitante de acordo com as normas do ICP-Brasil.

Gerenciamento de Certificados: Ferramentas robustas para gerenciamento dos certificados, incluindo consulta, renovação, revogação e backup.

Manutenção e Atualizações: Fornecimento regular de atualizações de segurança para os certificados digitais e o software de gerenciamento, a fim de garantir a proteção contra novas ameaças.

Suporte Técnico Eficiente: Canal de atendimento acessível e com profissionais qualificados para auxiliar os usuários na instalação, utilização e resolução de problemas com os certificados digitais.

Ao contratar uma solução de certificados digitais que atenda a esses requisitos, as organizações podem garantir a segurança, a autenticidade, a confiabilidade e a validade jurídica de suas transações eletrônicas, contribuindo para a proteção da informação, a eficiência e a produtividade.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De acordo com a Lei 14.133/2021, o parcelamento do objeto licitado deve ser realizado sempre que isso se mostra tecnicamente e economicamente viável, no entanto, a lei não estabelece uma obrigatoriedade de parcelamento, deixando a critério da Administração Pública a decisão de parcelar ou não a solução, mas tendo que ser devidamente justificada conforme art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A Lei 14.133/2021, conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos, oferece diversas modalidades de contratação para a aquisição de bens e serviços. No caso específico da aquisição de certificados digitais e-CNPJ e e-CPF A3, armazenados em token padrão ICP-Brasil, com validade de 36 meses, as modalidades mais adequadas são:

1. Dispensa de Licitação:

Vantagens:

Agilidade: Processo mais rápido e burocrático, permitindo a contratação em menor tempo.

Economia: Dispensa a necessidade de realizar licitação, reduzindo custos com trâmites administrativos.



Simplicidade: Processo mais simples e menos exigente em termos de formalidades.

Desvantagens:

Limite de Valor: Sujeito a um limite de valor, o que pode inviabilizar a contratação para grandes volumes de certificados.

Justificativa Detalhada: Exige uma justificativa detalhada e fundamentada para a dispensa, comprovando a vantagem da contratação direta.

Risco de Contestação: Maior suscetibilidade à contestação por parte de órgãos de controle, exigindo documentação robusta para embasar a escolha.

2. Pregão Eletrônico:

Vantagens:

Competitividade: Promove a competitividade entre fornecedores, potencialmente resultando em preços mais vantajosos.

Transparência: Processo público e transparente, acessível a qualquer cidadão interessado.

Segurança Jurídica: Maior segurança jurídica para a administração pública, com documentação completa do processo de contratação.

Desvantagens:

Tempo: Processo mais demorado em comparação à dispensa, exigindo a realização de diversas etapas.

Complexidade: Processo mais complexo e exigente em termos de formalidades.

Custo: Envolve custos com a plataforma de pregão eletrônico e eventuais taxas para empresas participantes.

3. Concorrência:

Vantagens:

Ampla participação: Permite a inscrição de um número significativo de empresas, promovendo a livre concorrência e a busca por melhores preços.

Maior competitividade: Estimula a apresentação de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, em termos de preço, qualidade e prazos.

Transparência: Assegura um processo público e transparente, com ampla divulgação de informações e acesso aos documentos da licitação.

Desvantagens:

Processo mais complexo: Possui um rito mais formal e exigente, com prazos mais dilatados para a sua conclusão.

Custo administrativo mais elevado: Envolve maior investimento em recursos humanos e materiais para a sua condução.

Demanda por expertise técnica: Requer conhecimento técnico específico para a análise das propostas e a avaliação dos critérios de julgamento.

A modalidade licitatória mais adequada para a contratação de Certificados Digitais dependerá de diversos fatores, como o valor estimado da contratação, as características do serviço, os objetivos da Administração Pública e a disponibilidade de empresas qualificadas no mercado. Por fim, a contratação não so deve visar apenas as melhores condições de preço, mas também a qualidade, a eficiência e a rapidez no trâmite, a aquisição por meio da modalidade de Dispensa pois, se torna mais viável podendo garantir a seleção mais vantajosa para a administração, promovendo a eficiência na gestão dos recursos públicos. Mas é importante ressaltar que a escolha entre a licitação e a contratação direta deve ser feita de acordo com as necessidades da administração pública e fica a critério do ordenador de despesa do órgão.

RESULTADOS PRETENDIDOS

1. Economicidade:

Redução de Custos com Papel e Impressões: A assinatura digital de documentos elimina a necessidade de impressão física, reduzindo custos com papel, toner e tintas.

Otimização do Tempo de Trabalho: A automatização de processos com assinatura digital libera funcionários para atividades mais estratégicas, otimizando o tempo de trabalho e aumentando a produtividade.

Diminuição de Custos com Correio: A transmissão eletrônica de documentos assinados digitalmente reduz a necessidade de envio físico via correio, diminuindo custos com postagem e logística.

Agilização de Processos: A assinatura digital agiliza a aprovação e o trâmite de documentos, reduzindo o tempo de espera e otimizando o fluxo de trabalho.

2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos:

Melhoria da Motivação dos Funcionários: A otimização do trabalho e a possibilidade de focar em atividades mais desafiadoras contribuem para a motivação e o engajamento dos funcionários.

Redução de Erros Humanos: A automatização de processos com assinatura digital diminui a chance de erros humanos na digitação, assinatura e envio de documentos.

3. Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros:

Redução de Custos Operacionais: A economia com papel, impressões, correio, tempo de trabalho e custos com erros



humanos gera uma redução significativa dos custos operacionais.

Retorno do Investimento: Os benefícios da contratação de certificados digitais, como a redução de custos e a otimização dos recursos, superam o investimento inicial na aquisição dos certificados.

Em resumo, a contratação de certificados digitais e-CNPJ e e-CPF A3 gera diversos resultados positivos para a organização, como a economicidade, o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, a otimização dos processos, o aumento da produtividade, a melhora da imagem da empresa e a contribuição para a sustentabilidade.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

1. Impactos Ambientais Potenciais:

Fabricação dos Tokens: A produção dos tokens eletrônicos pode gerar impactos ambientais, como consumo de energia, água, recursos minerais e geração de resíduos.

Transporte e Logística: O transporte dos tokens da fábrica para o cliente gera emissões de gases do efeito estufa e outros poluentes.

Descarte dos Tokens: O descarte inadequado dos tokens eletrônicos ao final de sua vida útil pode levar à contaminação do solo e da água, além da liberação de substâncias tóxicas. Descarte dos Tokens: O descarte inadequado dos tokens eletrônicos ao final de sua vida útil pode levar à contaminação do solo e da água, além da liberação de substâncias tóxicas.

2. Medidas Mitigadoras e Compensatórias:

Aquisição de Tokens Ecologicamente Conscientes: Optar por tokens fabricados com materiais reciclados e processos de produção que minimizem o impacto ambiental.

Logística Reversa: Implementar um programa de logística reversa para coleta e descarte correto dos tokens eletrônicos ao final de sua vida útil, garantindo a reciclagem adequada dos materiais.

Desmaterialização de Processos: Sempre que possível, utilizar assinaturas digitais em documentos eletrônicos, evitando a necessidade de impressão física e o consumo de papel.

Campanhas de Conscientização: Promover campanhas de conscientização entre os usuários sobre a importância do descarte correto dos tokens eletrônicos e sobre o uso responsável dos recursos naturais.

Compensação de Emissões de Carbono: Calcular e compensar as emissões de gases do efeito estufa geradas pela fabricação, transporte e descarte dos tokens através do investimento em projetos de reflorestamento ou outras iniciativas ambientalmente sustentáveis.

Eficiência Energética: Buscar fornecedores de tokens que adotam práticas de produção com foco na eficiência energética, reduzindo o consumo de energia durante o processo de fabricação.

Descarte Seguro de Baterias: Assegurar o descarte seguro das baterias dos tokens em locais apropriados, evitando a contaminação do meio ambiente por metais pesados.

3. Logística Reversa para Descarte e Reciclagem:

Implementar um programa formal de logística reversa para a coleta dos tokens ao final de sua vida útil, com pontos de coleta facilmente acessíveis aos usuários.

Informar claramente aos usuários sobre os procedimentos de descarte correto dos tokens através de materiais informativos, campanhas de conscientização e disponibilização de pontos de coleta.

4. Considerações Adicionais:

A escolha de fornecedores com políticas ambientais robustas e compromissadas com a sustentabilidade é fundamental para minimizar os impactos ambientais da solução.

O monitoramento constante dos impactos ambientais da solução e a busca por medidas de melhoria contínua são essenciais para garantir a sustentabilidade da iniciativa.

A adoção de práticas de consumo consciente e a desmaterialização de processos sempre que possível devem ser incentivadas para reduzir ainda mais os impactos ambientais da utilização dos certificados digitais.

Ao implementar as medidas mitigadoras e compensatórias descritas acima, as organizações podem minimizar significativamente os impactos ambientais da contratação de certificados digitais e contribuir para a construção de um futuro mais sustentável.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O objeto em questão é correlato e interdependente, pois suas características e funções estão diretamente ligadas e influenciam umas às outras. É importante reconhecer essa relação para compreender melhor o funcionamento e a importância desse objeto dentro de um contexto específico.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

1. Analisar a demanda interna por certificados digitais, definir os requisitos técnicos, funcionais e operacionais da



solução, e elaborar um orçamento e cronograma para o projeto.

2. Escolher a modalidade de contratação adequada (dispensa de licitação, pregão eletrônico, etc.) e elaborar um edital ou termos de referência detalhados, descrevendo o objeto da contratação, os requisitos da solução, as condições de pagamento, os critérios de avaliação das propostas e os prazos de entrega.

3. Analisar as propostas técnicas e comerciais apresentadas pelos fornecedores, selecionar a empresa que melhor atender às necessidades da organização e negociar o contrato.

4. Verificar se o ambiente de trabalho possui infraestrutura adequada para a utilização dos certificados digitais e realizar as adaptações necessárias. Também é importante capacitar os colaboradores sobre o funcionamento da solução e os procedimentos de utilização dos certificados digitais.

5. Verificar se a utilização dos certificados digitais exige a obtenção de licenças ou autorizações específicas junto a órgãos governamentais e providenciá-las, se necessário.

6. Verificação de Requisitos Legais: Verificar se a utilização dos certificados digitais exige a obtenção de licenças ou autorizações específicas junto a órgãos governamentais ou outras entidades. Caso necessário, providenciar a documentação necessária e solicitar as licenças ou autorizações em tempo hábil para evitar atrasos na implementação da solução.

7. Conformidade com Leis e Regulamentações: Assegurar que a aquisição e utilização dos certificados digitais estejam em conformidade com todas as leis e regulamentações aplicáveis, incluindo a Lei de Certificação Digital (Lei nº 8.639/1993).

Ao seguir essas providências, a Secretaria desfrutará de uma transformação digital segura e eficiente.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A aquisição de certificados digitais e-CNPJ e e-CPF A3, armazenados em token padrão ICP-Brasil, com validade de 36 meses, demonstra-se como uma iniciativa altamente viável para sua organização, impulsionando a segurança, a eficiência, a conformidade e a sustentabilidade em suas operações.

1. Segurança Blindada para Transações Eletrônicas:

Proteção contra Acessos Indesejados e Fraudes: A criptografia robusta dos certificados digitais blinda suas transações eletrônicas contra acessos não autorizados, garantindo a confidencialidade das informações e a integridade dos dados.

Assinatura Digital para Autenticação Inquestionável: A assinatura digital garante a autenticidade da origem das informações, assegurando que apenas você ou seus representantes autorizados possam assinar documentos digitais, combatendo falsificações e fraudes.

2. Eficiência Impulsionada para Otimizar o Fluxo de Trabalho:

Agilização de Processos com Assinatura Digital: A assinatura digital elimina a necessidade de impressões físicas, assinaturas manuais e envios de documentos via correio, otimizando o fluxo de trabalho e reduzindo o tempo de trâmite.

Eliminação de Tarefas Repetitivas: A automatização de processos com assinatura digital libera seus colaboradores de tarefas manuais repetitivas, permitindo que se concentrem em atividades de maior valor estratégico.

Redução de Custos Operacionais: A diminuição do consumo de papel, toner, tintas e serviços de correio, além da otimização do tempo de trabalho, gera uma significativa redução de custos operacionais.

A aquisição de certificados digitais e-CNPJ e e-CPF A3 se configura como um investimento estratégico com retorno garantido, proporcionando segurança robusta, otimização da eficiência, conformidade legal e compromisso com a sustentabilidade para Secretaria.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1. Analisando as necessidades da organização e os benefícios da solução proposta, conclui-se que a aquisição de certificados digitais e-CNPJ e e-CPF A3, armazenados em token padrão ICP-Brasil, com validade de 36 meses, demonstra-se como uma iniciativa extremamente adequada, atendendo com excelência à necessidade identificada e promovendo diversos benefícios para a organização e para o interesse público.

Em termos de eficiência e eficácia:

A implementação de certificados digitais proporcionará um ambiente eletrônico mais seguro e confiável, reduzindo drasticamente os riscos de fraudes, acessos não autorizados e falsificações de documentos. Isso se traduz em maior proteção para os dados da organização, dos seus clientes e parceiros, e do próprio governo, minimizando perdas financeiras, danos à reputação e interrupções nas operações.

A assinatura digital agilizará significativamente os processos internos, eliminando a necessidade de impressões físicas, assinaturas manuais e envios de documentos via correio. Essa otimização do fluxo de trabalho resultará em economia de tempo, recursos materiais e custos operacionais, liberando colaboradores para atividades mais estratégicas e impulsionando a produtividade da organização como um todo.

O acesso a sistemas governamentais e a assinatura de documentos eletrônicos com certificados digitais serão facilitados e desburocratizados, contribuindo para a modernização da administração pública e para a desmaterialização de serviços, o que beneficia diretamente o cidadão e promove a inclusão digital.

2. Em termos de relevância para o interesse público:



A adoção de certificados digitais em conformidade com o ICP-Brasil garante a autenticidade e a validade jurídica das transações eletrônicas, assegurando a confiabilidade das relações entre empresas, governo e cidadãos. Isso contribui para a construção de um ambiente digital mais seguro, transparente e confiável, beneficiando toda a sociedade.

A otimização dos processos internos e a desburocratização do acesso a serviços públicos, proporcionadas pelos certificados digitais, promovem a eficiência da administração pública e facilitam o acesso do cidadão aos seus direitos e serviços, impactando positivamente a qualidade de vida da população.

Diante do exposto, a contratação da solução em questão se configura como uma decisão estratégica e vantajosa, não apenas para a organização, mas também para o interesse público como um todo. A adoção de certificados digitais impulsionará a segurança, a eficiência, a conformidade e a sustentabilidade, promovendo um ambiente digital mais confiável, transparente e inclusivo para todos.



Itaitinga-CE, 22 de Julho de 2024.



Stefany Amorim Monteiro
Responsável



Maria Eduarda Martins Assunção
Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITINGA

<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmitaitinga/etp>

CHAVE: f34185c4ca5d58e781d4f14173d41e5d

